

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.453 - SP (2019/0062758-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : SANSUL PAULISTA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA  
**ADVOGADOS** : DANIEL PESSOA MADER - PR042997  
SAULO FERREIRA NETTO - SP360050  
FABÍOLA APARECIDA RODRIGUES (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR072463  
**AGRAVADO** : FABRICIA DE FREITAS AMERICO  
**ADVOGADO** : FABRICIA DE FREITAS AMÉRICO DE ARAUJO - SP321896

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL TIDOS POR CONTRARIADOS. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR EFETIVADO PELA CORTE LOCAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 211/STJ. AMPLIAÇÃO SUBJETIVA PASSIVA. FUNDAMENTO PARA O INDEFERIMENTO NÃO INFIRMADO. INCIDÊNCIA DO IMPEDIMENTO DA SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela SANSUL PAULISTA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA contra decisão denegatória do recurso especial, que impugnou acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 281, e-STJ):

*"COMPRA E VENDA DE BEM MÓVEL - RELAÇÃO DE CONSUMO VULNERABILIDADE DA CONSUMIDORA CONFIGURADA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 6º, INCISO VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR C/C ARTIGO 373, PARÁGRAFO 1º, DO CPC - DENÚNCIAÇÃO DA LIDE E CHAMAMENTO AO PROCESSO - IMPOSSIBILIDADE -*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **VEDAÇÃO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NAS DEMANDAS ORIUNDAS DE RELAÇÃO DE CONSUMO - RECURSO IMPROVIDO".**

*"A teor do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, ficando caracterizada a vulnerabilidade do consumidor, faculta-se ao juiz a inversão do ônus da prova independentemente da verossimilhança das alegações ventiladas na inicial".*

Nas razões do especial (fls. 309-322, e-STJ), a recorrente alegou, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos normativos: arts. 114, 125, inciso II, e 130, todos do CPC/2015, sustentando, em síntese, que ficou comprovada a ausência de responsabilidade da recorrente por qualquer prejuízo sofrido pela recorrida, seja ele material ou moral, fazendo-se necessário o deferimento do pedido de denunciação à lide e, alternativamente, o chamamento ao processo, visto que na remota hipótese de considerarmos como verdadeiros os fatos narrados pela recorrida, o problema decorre de defeito do produto e não dos serviços, devendo a responsabilidade ser imputada a fabricante/montadora, devidamente identificada na lide.

Aduziu, ainda, que o presente caso, por se tratar de litisconsórcio passivo necessário, em face da natureza jurídica da relação, necessário se faz o chamamento ao processo da fabricante/montadora NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, da Seguradora HDI Seguros S/A e da Financeira Banco Pan S/A, de maneira a possibilitar que o pagamento da dívida pelo chamante deve lhe dar o direito de reembolso contra o chamado.

Contrarrazões apresentadas às fls. 335-343, e-STJ.

Em decisão monocrática (fls. 344-345, e-STJ), foi inadmitido o recurso especial, motivo pelo qual foi interposto o agravo em recurso especial às fls. 348-355, e-STJ.

Contraminuta apresentada às fls. 358-361, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não pode ser conhecida.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Inicialmente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que se refere à indicada afronta aos arts. 114, 125, inciso II, e 130, todos do CPC/2015, tal pleito não pode ser conhecido, uma vez que não houve emissão de juízo de valor em relação a esses dispositivos, apesar da oposição dos embargos de declaração, o que atrai a aplicação do óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PEDIDO DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE CUSTAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. O recurso é inviável, por aplicação do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, quando as alegações em que se funda a pretensão recursal colidem com os pressupostos fáticos assentados no acórdão recorrido. Precedentes.*

*2. Inadmissível o recurso especial referente à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo (enunciado n. 211 da Súmula do STJ).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1019174/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 05/04/2018)*

Por outro lado, na hipótese dos autos, conforme se observa nas razões decisórias do acórdão recorrido, o Tribunal local indeferiu o pleito recursal, ao fundamento de que, em razão da instauração da relação de consumo entre as partes litigantes, o Código de Defesa do Consumidor inadmitiria a intervenção de terceiros, particularmente, no tocante à denunciação à lide e ao chamamento ao processo.

# Superior Tribunal de Justiça

A propósito, as seguintes transcrições do acórdão recorrido (fl. 287, e-STJ):

*Quanto ao chamamento ao processo ou denunciação da lide, melhor sorte não se lhe acha reservada.*

*Tratando-se de relação de consumo, não se admite, nos termos do art. 13, parágrafo único e art. 88, ambos do Código de Defesa do Consumidor, intervenção de terceiros, ficando a critério do consumidor a escolha dos fornecedores solidários para integrar o polo passivo da lide.*

*O Código de Defesa do Consumidor impede a utilização do instituto de intervenção de terceiros, notadamente da denunciação da lide e do chamamento ao processo (exceto para contratos de seguro firmados pelo fornecedor, que não é o caso), considerando que o direito de indenização, em tal hipótese, funda-se na responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços e produtos (...)*

No contexto, verifica-se que a insurgente, nas razões do recurso especial, deixou de impugnar o referido fundamento, segundo o qual não caberia intervenção de terceiros (denunciação à lide e chamamento ao processo) nas demandas decorrentes de relações de consumo, ônus processual do qual não se desincumbiu, incidindo, portanto, o enunciado sumular 283 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Sobre o ponto:

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEVIDA EXCLUSÃO DO BENEFICIÁRIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. RESTABELECIMENTO OCORRIDO SOMENTE APÓS AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL. LONGO PERÍODO SEM USUFRUIR DO CONVÊNIO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. DANO MORAL. AFERIÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DOS FATOS DA CAUSA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR NÃO EXORBITANTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.  
(...)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Não ocorre ofensa ao art. 1.022, II, do NCPC, quando o acórdão recorrido examina, de forma fundamentada, como no caso, as questões postas em debate. O mero inconformismo da parte com o desfecho contrário aos seus interesses não configura negativa de prestação jurisdicional.

3. Existindo argumento capaz de manter o acórdão impugnado por suas próprias pernas, não havendo o ataque específico a tal ponto, colhe-se a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do STF.

4. De acordo com a jurisprudência desta Corte, é possível o reexame do valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado.

5. No caso concreto, em que a indenização foi arbitrada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o montante não se revela irrisório ou exagerado, a permitir a intervenção do STJ. (...)

8. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1355056/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. AVALISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA. FUNDAMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. (...)

3. A ausência de impugnação de um fundamento do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso no ponto, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1243423/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2018, DJe 21/09/2018)

Por último, a aplicação das Súmulas 211/STJ e 283/STF prejudica, por conseguinte, a análise do alegado dissídio pretoriano, porquanto a tese nele sustentada já foi afastada, no exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

